

# SUMÁRIO

<b>I – A FILOSOFIA DO DIREITO .....</b>	<b>19</b>
1. Uma questão de consciência .....	19
2. Método e didática .....	20
3. Os temas .....	21
4. Exercícios.....	22
<b>II – A LIBERDADE .....</b>	<b>31</b>
1. Introdução .....	31
2. Questão de método .....	32
2.1. O super-homem e a transcendência: fixação de questões- -problemas.....	32
2.2. Como mostrar o “fenômeno da liberdade” num texto? .....	34
2.3. Que é “mostrar” o fenômeno existencial na obra literária.....	37
3. A liberdade, a fenomenologia e o existencialismo .....	41
3.1. Questão preliminar .....	41
3.2. Coletando “dados” .....	42
3.2.1. Kierkegaard, o dinamarquês misterioso e crente em Deus .....	43
3.2.1.1. Uma pesada existência .....	43
3.2.1.2. A angústia, a dúvida, o salto para a fé.....	46
3.2.2. Santo Agostinho: o Bispo de Hipona .....	50
3.2.2.1. Pensador existencialista .....	50

3.2.2.2.	A angústia, a dúvida, a revelação (o salto para a fé) .....	51
3.2.2.3.	A fé e a razão .....	54
3.2.3.	Husserl.....	55
3.2.3.1.	O “ambiente” para a fenomenologia e seu nascimento .....	56
3.2.3.2.	A intencionalidade.....	59
3.2.3.3.	A redução fenomenológica.....	65
3.2.3.4.	A redução eidética.....	67
3.2.4.	Jaspers.....	71
3.2.4.1.	A coragem de tentar compreender o ser humano.....	71
3.2.4.2.	A transcendência e a liberdade .....	73
3.2.5.	O polêmico Heidegger.....	76
3.2.5.1.	Um filósofo em busca do sentido do Ser.....	78
3.2.5.2.	O ser humano: um ente privilegiado .....	82
3.2.5.3.	A liberdade e a essência da verdade .....	84
3.2.6.	Sartre.....	89
3.2.6.1.	Um pensamento engajado .....	90
3.2.6.2.	As influências.....	92
3.2.6.3.	O ser, o herói, a liberdade e o nada .....	93
3.2.6.4.	A consciência .....	100
3.2.6.5.	Determinação e liberdade.....	105
4.	Conclusões .....	108
5.	Exercícios.....	111

### **III – PODER POLÍTICO, LEGITIMIDADE E ESTADO DEMOCRÁTICO.....**

1.	Direito e democracia.....	121
2.	Os tipos de domínio legítimo segundo Max Weber .....	123
2.1.	O tipo ideal.....	123
2.2.	Domínio e poder .....	124
2.3.	Os três tipos de domínio legítimo.....	128

2.3.1.	O domínio tradicional .....	129
2.3.2.	O domínio carismático .....	132
2.3.3.	O domínio legal .....	136
3.	Estado Democrático de Direito .....	147
4.	Conclusões .....	157
5.	Exercícios.....	158

#### **IV – A FINALIDADE DA LEI..... 165**

1.	Direito e democracia real .....	165
1.1.	Informações preliminares .....	165
1.2.	A influência da lei na sociedade.....	166
1.2.1.	Questões antigas .....	166
1.2.2.	Lei, instrumento de ação do Estado .....	167
1.2.3.	Evolução histórica da finalidade da lei.....	169
1.2.4.	A criação da lei e sua eficácia.....	172
2.	As forças sociais que atuam sobre a legislação .....	180
2.1.	A força da comunicação .....	180
2.1.1.	Opinião pública.....	180
2.1.2.	Pós-verdade e comunicação.....	183
2.2.	A força da economia .....	189
3.	A finalidade da lei – um caso norueguês e um brasileiro .....	192
3.1.	A lei norueguesa.....	193
3.2.	A lei brasileira .....	208
4.	Conclusões .....	212
5.	Exercícios.....	213

#### **V – A INTUIÇÃO COMO CONSCIÊNCIA..... 219**

1.	Introdução .....	219
2.	O termo “intuição” .....	221

2.1.	As palavras da intuição.....	221
2.2.	Lugar-comum .....	222
2.3.	A resistência .....	223
2.4.	O preconceito.....	224
2.5.	Conclusão desta parte.....	224
3.	A memória e o espírito .....	225
3.1.	Fundamentos .....	225
3.2.	Erros de interpretação .....	226
3.3.	A consciência e o inconsciente .....	230
4.	A percepção e a matéria. A alma e o corpo.....	241
4.1.	Resumo do tópico anterior.....	241
4.2.	O movimento em si é indivisível.....	243
4.3.	O movimento é real.....	246
4.4.	É artificial a divisão que é feita da matéria em corpos independentes, de contornos determinados .....	247
4.5.	O movimento real é o transporte de um “estado” .....	249
4.6.	A união entre a alma e o corpo.....	253
5.	Relatos de casos de experiência intuitiva .....	255
6.	O conceito de intuição na doutrina em geral .....	262
6.1.	Dificuldade da definição .....	262
6.2.	Etimologia .....	263
6.3.	Classificação variada.....	263
7.	O conceito de intuição: nossa proposta.....	274
7.1.	Presente, passado e futuro .....	274
7.2.	A experiência .....	275
7.3.	O futuro .....	277
7.4.	A intuição de duração.....	279
7.5.	Três tipos de intuição.....	286
7.5.1.	A intuição de reconhecimento atento .....	286
7.5.2.	A intuição de resistência.....	289
7.5.3.	A intuição heurística .....	291
7.5.4.	Conclusão sobre os tipos de intuição .....	293

---

8. O exame dos casos narrados: “funcionamento” da intuição.....	294
9. Conclusão .....	305
10. Exercícios.....	308

## **VI – A INTUIÇÃO E O DIREITO: UM NOVO CAMINHO.....** 313

1. O Direito no quadro das ciências .....	313
1.1. Intuição como instrumento .....	313
1.2. O Direito que se apresenta na escola: a técnica .....	314
1.3. A linguagem da Ciência do Direito .....	319
1.4. A natureza da norma jurídica .....	321
1.5. O sistema jurídico .....	322
1.6. A interpretação .....	323
1.7. A Ciência do Direito .....	324
2. A intuição e o Direito: um novo caminho.....	330
2.1. Preliminar.....	330
2.2. Os limites da Ciência do Direito .....	330
2.3. O método intuitivo.....	334
2.4. Espírito humano e social .....	343
3. Conclusão .....	344
4. Exercícios.....	346

## **VII – A PENA DE MORTE .....** 351

1. Direito e (pena de) morte.....	351
2. Pena de morte e sanção.....	352
3. A motivação .....	356
4. O rebaixamento do Direito .....	357
5. A ilusão do plebiscito .....	358
6. Ineficácia da pena .....	359
7. Aspectos constitucionais .....	360
8. Exercícios.....	362

<b>VIII – A JUSTIÇA</b> .....	367
1. Considerações em torno do conceito .....	367
1.1. Justiça, Direito, harmonia e paz social .....	367
1.2. Justiça como fundamento do ordenamento jurídico.....	369
1.3. Justiça entre os indivíduos .....	370
1.4. A Justiça na sociedade capitalista atual .....	371
1.5. O peso dos preços, os consumidores pobres e ricos e a injustiça do mercado .....	381
2. O problema da Justiça e os operadores do Direito no Brasil .....	386
3. Justiça como virtude.....	392
4. Justiça e igualdade no sistema jurídico brasileiro .....	395
5. O problema da lei justa.....	396
6. Justiça e vontade .....	398
7. Justiça real e equidade.....	400
8. Os princípios .....	404
8.1. Comando maior .....	404
8.2. Razão ético-jurídica-universal.....	408
8.3. Os princípios constitucionais.....	412
8.4. O princípio da dignidade da pessoa humana .....	415
8.4.1. Princípio fundamental.....	415
8.4.2. Mas que vem a ser dignidade?.....	416
8.4.3. A aplicação concreta do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.....	421
9. A interpretação do sistema jurídico .....	424
10. Provas da equidade.....	427
11. Um método para fazer justiça no caso concreto .....	437
11.1. Qualquer método .....	437
11.2. O método intitulado “princípio da proporcionalidade” .....	437
a) Adequação.....	440
b) Exigibilidade .....	440
c) Proporcionalidade em sentido estrito.....	440

11.3. O “método” intuitivo.....	441
11.3.1. O movimento .....	441
11.3.2. O presente .....	442
11.3.3. A duração.....	444
11.3.4. A intuição.....	448
11.3.5. O método intuitivo.....	449
12. Técnicas para aplicação da justiça: opções para o julgador agir vi- sando a uma decisão justa .....	451
13. O papel do julgador.....	459
13.1. Nosso sistema legal .....	459
13.2. O bom senso .....	460
13.3. Questão de método .....	461
13.4. Qual a causa?.....	461
13.5. A análise: controle e alienação.....	462
13.6. Papel social.....	467
13.7. Tomada de consciência.....	474
13.8. Conclusão.....	477
14. Exercícios.....	478
<b>IX – DIREITO E LITERATURA.....</b>	<b>491</b>
1. Introdução .....	491
2. A investigação .....	493
3. O paradoxo.....	494
4. A boa-fé do alienista .....	495
5. A alienação do alienista .....	498
6. O desprezo e a má-fé do alienado .....	503
<b>Bibliografia.....</b>	<b>509</b>